

1176
map

MEMORANDO INTERNO Nº 83/2023

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Pedido de troca de marca/reequilíbrio financeiro cumulado com pedido subsidiário de cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – Nº 03/2023

Interessado: CIRÚRGICA ITAMBÉ LTDA – ARP Nº 12/2023

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa CIRÚRGICA ITAMBÉ LTDA sobre o pedido de troca de marca/reequilíbrio financeiro cumulado com pedido subsidiário de cancelamento do item **Nº 50 – CEFALOXINA 500MG**. Informo que o último volume do processo de licitação já se encontra neste departamento jurídico.

Após, à Diretora Executiva para decisão final.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 17 de maio de 2023



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

Recebido 17/05/2023
Elton R. Soares
Elton Rodrigo de Castro Garcia
Assistente Jurídico
OAB/SP 369.076

1177
ref

De: Cirurgica Itambe <cirurgicaitambe@hotmail.com>
Enviado em: segunda-feira, 15 de maio de 2023 11:39
Para: licitacaocompra@ciop.sp.gov.br
Assunto: RE: Solicitações - Pregão Eletrônico 03/2023
Anexos: Cirúrgica Itambe CIOP - Substituição de Marca com Reequilíbrio - 15.05.2023
-.pdf

Olá, boa tarde, tudo bem?

Segue em anexo solicitação para troca de marca do MEDICAMENTO CEFALOXINA 500MG.

Att,

Cirúrgica Itambé

Av Brasil, 5709 Zona 5 Maringá/PR
(44) 3346-4300

De: licitacaocompra@ciop.sp.gov.br <licitacaocompra@ciop.sp.gov.br>
Enviado: quarta-feira, 10 de maio de 2023 16:19
Para: cirurgicaitambe@hotmail.com <cirurgicaitambe@hotmail.com>
Assunto: ENC: Solicitações - Pregão Eletrônico 03/2023

Segue despacho sobre o indeferimento do pedido de cancelamento.

Att.



Mileny Fidelis

Licitação

Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP

Pres. Prudente – SP

Tel: (18) 3223-1116 – Ramal 204

De: Cirurgica Itambe <cirurgicaitambe@hotmail.com>
Enviada em: terça-feira, 21 de março de 2023 12:01
Para: licitacaocompra@ciop.sp.gov.br
Assunto: Solicitações - Pregão Eletrônico 03/2023

Olá, bom dia, tudo bem?

Segue em anexo Solitações referente ao Pregão Eletrônico 03/2023.

Att,

1178
[Handwritten signature]

Cirúrgica Itambé

Av Brasil, 5709 Zona 5 Maringá/PR
(44) 3346-4300



Não contém vírus. www.avast.com

À Ilustre Senhora Maria Heloísa da Silva Cuvolo, Diretora Executiva do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP.

Pregão Eletrônico nº 003/2023

Processo Administrativo nº 003/2023

Ata de Registro de Preços nº 012/2023

Cirúrgica Itambé - EIRELI, já devidamente qualificada no processo administrativo em comento, por meio de seu representante legal ao final assinado, vem, com o devido acato e respeito, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao artigo 65, inciso II, alíneas *b* e *d*, Lei Federal nº 8.666/1993, apresentar Pedido de Substituição de Marca c/c Reequilíbrio Econômico-Financeiro, fazendo-o pelos fundamentos a seguir articulados.

I.

SÍNTESE FÁTICA

Após o regular processo licitatório deflagrado por esta municipalidade, mediante instrumento convocatório na modalidade *pregão eletrônico nº 003/2023*, foi a empresa peticionária declarada vencedora do certame, sendo-lhe assegurado o direito de fornecer medicamentos ao CIOP.

A despeito da contratação, no entanto, entendeu por bem a contratada requerer o cancelamento do fornecimento da *Cefalexina 50 mg*, da marca **ABL**, pois, tal como demonstrado pelos documentos que acompanharam a manifestação, estar-se-ia diante de causa impeditiva de execução contratual, por motivos alheios à vontade deste particular.

Quando da análise da pretensão formulada, por sua vez, o Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista (CIOP) decidiu pelo indeferimento do cancelamento, a lembrar o despacho proferido pela Diretoria Executiva.

Diante disso, e como não poderia deixar de ser, a contratada realizou novas diligências junto aos fornecedores para tentar fornecer a *Cefalexina 50 mg*, ainda que esta não fosse possível da marca inicialmente licitada, oportunidade em que a única marca disponível é aquela denominada **MULTILAB**, conforme e-mail abaixo:

----- Forwarded message -----

De: **Priscila B. Coloniese - WERBRAN** <giselle@werbran.com.br>

Date: qui., 11 de mai. de 2023 às 08:53

Subject: Re: cotação

To: Cirurgica Itambe <cirurgicaitambe3@gmail.com>

bom dia, multilab 0,7318



Giselle Rodrigues
Vendas Distribuidoras



werbran



(11) 3211-5046
0800 727 9868
www.werbran.com.br
Av. Natalino Faust, 591
Padre Uirico / Francisco Beltrão
CNPJ: 04.292.020/0001-44

Sendo assim, considerando que a única marca disponível para que a contratada possa fornecer o medicamento ao CIOP é a mencionada acima, entende-se pela possibilidade de ser entregue a *Cefalexina 50 mg* de marca distinta, desde que seja assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro dos preços inicialmente contratados. É o que se verá.

II.

Da legitimidade da substituição de marca. Possibilidade de alteração da marca inicialmente ofertada por motivos alheios à contratada. Atenção à boa-fé e ao interesse público

Em um primeiro momento, considerando que a empresa contratada foi declarada vencedora do certame, importa destacar que foi garantido direito de fornecer medicamentos, dentre os quais a *Cefalexina 50 mg*, da marca **ABL**. Por tal razão, e até visando entrega do medicamento, a municipalidade enviou algumas Notas de Empenho solicitando o medicamento.

A despeito do interesse na entrega, e considerando os motivos alheios à vontade da contratada e até mesmo o indeferimento do cancelamento do item, afirma-se pela possibilidade de ser entregue *Cefalexina 50 mg*, da marca **MULTILAB**, de modo a substituir a **ABL**, pois, ausente medicamento junto às fornecedoras, tem-se por certo que a substituição não afetará o interesse dos cidadãos, a lembrar que a qualidade é **equivalente, similar e/ou de melhor qualidade**, justificando, como não poderia deixar de ser, o presente pedido de substituição.

Nesse sentido, e em um primeiro momento, diante da necessidade de se realizada a entrega do medicamento faltante de marca diversa àquela originalmente proposta, afirma a presente contratada pela possibilidade de substituição da marca, sem prejuízo da qualidade, em estrita observância ao contido no artigo 65, inciso II, alínea b, da Lei Federal sob nº 8.666/1993:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

II - Por acordo das partes:

b) quando necessária a **modificação** do regime de execução da obra ou serviço, **bem como do modo de fornecimento**, em face da verificação técnica da **inaplicabilidade dos termos contratuais originários**. [grifou-se]

Aliás, especificamente acerca do caso em apreço, afigura-se possível o fornecimento da *Cefalexina 50 mg*, da marca **MULTILAB**, em substituição à **ABL**, na medida em que o medicamento a ser fornecido possui similaridade e idêntica qualidade, bem como pela ausência do produto da marca inicialmente ofertada no mercado, o que em nada importa em prejuízo ao interesse público municipal.

Exemplificamente, não se deve confundir a substituição de marca com a modificação do próprio medicamento, até mesmo pelo fato de aquela constituir critério meramente **indicatório e referencial**, razão pela qual outros entes federativos preveem em instrumentos licitatórios a aceitação mínima de 03 (três) marcas de medicamentos conhecidas nacionalmente na área da saúde ou congênere, mantendo as expressões de caráter **equivalente, similar e/ou de melhor qualidade** após a descrição do objeto.

Soma-se a isso, o fato de que a menção no edital licitatório de marca de referência é autorizada pela legislação, a qual constitui um **poder-dever** intrínseco à Administração Pública de descrever as características do objeto do edital convocatório de forma adequada, sucinta e clara, em atenção aos arts. 14, 38, *caput*, e 40, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Por esta razão, em casos desse jaez, deve o órgão licitante adicionar, necessariamente, expressões do tipo **equivalente, similar e/ou de melhor qualidade, facultando-se à Administração Pública exigir da empresa contratada medicamento com o desempenho, a qualidade e a produtividade compatíveis com aquele originariamente proposto pela marca referenciada**, deixando de exigir exclusivamente a **marca pré-estabelecida** ou de forma vinculada à proposta licitatória, nos termos estabelecidos pelo **Acórdão nº 113/2016 – Plenária** do Tribunal de Contas da União.

Compartilhando deste entendimento, quanto à proibição de indicação de marca e permissão de menção à marca de referência, o Tribunal de Contas da União se posicionou no Acórdão nº 2.829/15 – Plenário:

A diferença básica entre os dois institutos é que o primeiro (excepcionado pelo art. 7º, § 5º, da Lei 8.666/1993), admite a realização de licitação de objeto sem similaridade nos casos em que for tecnicamente justificável, **ao passo que o segundo é empregado meramente como forma de melhor identificar o objeto da licitação, impondo-se a aceitação de objeto similar à marca de referência mencionada**. [grifou-se]

Em síntese, diante dos fundamentos apresentados, a substituição da marca do medicamento, que não deve ser confundida com a Cefalexina, é medida que se impõe, em razão da possibilidade de alteração da marca quando a sua qualidade for

equivalente, similar e de melhor qualidade, sendo certo afirmar que a **MULTILAB** atenderá de igual forma a necessidade do CIOP, a lembrar que o medicamento é **idêntico**, mas de marca distinta. Em resumo, seria:

Marca Inicial de Cefalexina: **ABL**.

Marca Substituta de Cefalexina: **MULTILAB**.

Caso haja o aceite municipal, e de maneira a corroborar a boa-fé e o atendimento aos princípios inerentes à Administração Pública, a contratada informa que a entrega será imediata, a partir do aceite do Consórcio, para que seja realizada a logística interna e haja tempo hábil para possibilitar a entrega imediata do medicamento da marca **MULTILAB**.

No entanto, em sendo deferido o pedido da substituição de marca, a contratada informa que esta somente será possível se for assegurado o reequilíbrio dos preços inicialmente ofertados, na medida em que, por motivos alheios à vontade deste particular, a substituição pela marca **MULTILAB** tem custos maiores e que demanda que os valores sejam reequilibrados. É o que se verá.

III.

Da possibilidade de concessão do Reequilíbrio Econômico-Financeiro.
Impossibilidade de adimplemento contratual por motivos alheios à vontade do particular. Substituição de marca que viabiliza a concessão pretendida

Na medida em que há possibilidade de ser substituída a marca inicial, denominada **ABL**, por aquela intitulada **MULTILAB**, afirma-se pela necessidade de o valor inicialmente ofertado ser reequilibrado, pois o preço de custo da marca que será substituta é superior àquele da substituída.

Partindo-se desse pressuposto, portanto, entende a contratada que os preços que determinaram a proposta da oferta da marca inicial (**ABL**) no momento da participação no certame **não** representam aqueles praticados pela marca ofertada à título de substituição (**MULTILAB**).

De forma mais clara, quando dos preços propostos para a constituição do contrato, o custo relativo ao medicamento da marca **ABL** é notadamente inferior ao que está sendo perpetrado atualmente no mercado para a marca **MULTILAB**, motivo pelo qual há possibilidade de reequilíbrio do valor em caso de aceite da substituição.

Diante disso, considerando que o preço do medicamento da marca a ser substituída é superior àquela inicial, a contratada afirma que há possibilidade de recomposição dos valores iniciais, os quais correspondiam aos seguintes montantes:

Medicamento	Valor Inicial de Custo (marca ABL)	Valor Inicial na Ata (marca ABL)	% de Lucro registrado na ata
Cefalexina 50 mg	R\$ 0,39 (NF-e nº 171.158)	R\$ 0,55	R\$ 0,16 (41,02%)

Porém, a despeito do valor proposto naquele momento com base no custo inicial, informa a empresa contratada que identificou que a marca a ser substituída possui preço superior de compra do medicamento junto ao fornecedor, motivo pelo qual se encontra caracterizada *álea extraordinária* capaz de justificar o reequilíbrio. De forma mais precisa, permita-se apresentar abaixo os preços atuais dos materiais especificados anteriormente:

Item	Valor inicial de Custo (marca ABL)	Valor de Custo (marca MULTILAB)
Cefalexina 50 mg	R\$ 0,39 (NF-e nº 171.158)	R\$ 0,73 (Proposta Fornecedor)

Daí o entendimento, portanto, que a margem de lucro inicial quanto ao preço do medicamento da marca inicial, quando da constituição do contrato, é inferior ao preço de mercado da marca substituta, o que justifica o reequilíbrio do valor para que haja a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro contratual.

Para tanto, considerando o valor inicialmente apresentado, afirma esta contratada que a recomposição dos preços é medida a ser imposta, de modo a serem alterados para os seguintes montantes:

Item	Valor Atual de Custo (marca MULTILAB)	Reequilíbrio	Valor Registrado em Ata	Valor Reequilibrado na Ata
Cefalexina 50 mg	R\$ 0,73 (Proposta Fornecedora)	R\$ 0,16 (41,02%)	R\$ 0,55	R\$ 0,89

Sendo assim, restando demonstrada a significativa diferença do preço entre o custo da marca inicial (**ABL**) do medicamento e o preço atual da marca que irá substituir (**MULTILAB**) tem-se por certa a necessidade de ser concedido o reequilíbrio econômico-financeiro contratual, caso aceita a mudança de marca, a lembrar os fatores alheios à vontade da contratada, justificando sejam deferidas as pretensões formuladas. É o que requer.

REQUERIMENTOS

Diante dos fundamentos acima mencionados, requer digno-se Vossa Senhoria acolher a intenção da empresa contratada para o fim de **deferir** a substituição da marca inicial (**ABL**) para aquela denominada **MULTILAB**, desde que assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro da *ata de registro de preços*, haja vista que, diante dos motivos alheios à vontade do particular, será necessário substituir a marca por outra de marca distinta e com preço superior, justificando seja concedida a substituição pedida com o consequente reequilíbrio de preços.

No entanto, caso não seja este o entendimento da presente Secretaria Municipal de Saúde, o que não crê a contratada, requer seja deferido o cancelamento do fornecimento do medicamento e a consequente desobrigação do particular sobre a ata de registro de preços, tal como facultado pelo artigo 78, inciso XVII, e artigo 79, inciso II, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Referida pretensão, desnecessário dizer, justifica-se por conta do fato de a contratada não poder suportar o prejuízo decorrente do aumento do preço em relação a marca disponível no mercado de medicamentos, em razão de motivos alheios à vontade do particular, bem como por ser vedado o enriquecimento ilícito em favor da Administração Pública. Aliás, especificamente quanto às alterações pretendidas, explica esta contratada pela seguinte substituição:

Item	Valor Registrado em Contrato (marca ABL)	Valor Reequilibrado no Contrato (marca MULTILAB)
Cefalexina 50 mg	R\$ 0,55	R\$ 0,89

Porém, caso não seja este entendimento, o que não crê a contratada, requer seja deferido o cancelamento do fornecimento do material e a devida desobrigação do particular sobre o contrato administrativo, tal como permitido pelo artigo 78, inciso XVII, e artigo 79, inciso I, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Referida pretensão, desnecessário dizer, justifica-se por conta do fato de a contratada não ter disponibilidade de compra da marca inicial no mercado, porque, conforme demonstrado por meio das cotações junto aos fornecedores, tem-se pela indisponibilidade do medicamento no mercado.

Em síntese, crendo na boa-fé e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, requer a contratada seja **deferido** o pedido de substituição de marca com o consequente reequilíbrio de preço, conforme exposto anteriormente. É o que requer.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

Maringá, 15 de maio de 2023.

HELTON YUDI
HONDA:0094973490
0

Assinado de forma digital por
HELTON YUDI
HONDA:00949734900
Dados: 2023.05.15 11:30:41 -03'00'

Cirúrgica Itambé – EIRELI
CNPJ nº 26.847.096/0001-11

Rol de documentos:

1. Relação de e-mails dos fornecedores.
2. Nota fiscal anterior ABL.

Fwd: cotação

Cirurgica Itambe <cirurgicaitambe3@gmail.com>

Qui, 11/05/2023 12:55

Para: cirurgicaitambe@hotmail.com <cirurgicaitambe@hotmail.com>

----- Forwarded message -----

De: **Fabiana Fabris - MCW** <vendasdist2@mcwdistribuidora.com.br>

Date: qui., 11 de mai. de 2023 às 11:39

Subject: RES: cotação

To: Cirurgica Itambe <cirurgicaitambe3@gmail.com>

Bom dia Leandro!!!

Item em falta.

att

Fabiana Fabris
VENDAS

0800-541-2828
@mcwdistribuidora

(51) 3740-1450
(51) 99148-4717
@fabiana.fabris

30
MÁS DE 30 ANOS DE EXPERIÊNCIA
EN TODO EL MUNDO

RSC 287, Km 100+SCD, S/N
Viam Cruz, RS



mcw
PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES

1187
1/2

11/05/23, 14:00

De: Cirurgica Itambe [mailto:cirurgicaitambe3@gmail.com]
Enviada em: quarta-feira, 10 de maio de 2023 17:59
Para: Fabiana MCW <yendasdist2@mcwdistribuidora.com.br>
Assunto: cotação

Boa tarde!

Poderia cotar o item abaixo por favor?

- Cefalexina 500mg CPR

--

Att.



--

Att.



1188
[Signature]

Fwd: cotação

Cirurgica Itambe <cirurgicaitambe3@gmail.com>

Qui, 11/05/2023 08:54

Para: cirurgicaitambe@hotmail.com <cirurgicaitambe@hotmail.com>

----- Forwarded message -----

De: **Priscila B. Coloniese - WERBRAN** <giselle@werbran.com.br>

Date: qui, 11 de mai. de 2023 às 08:53

Subject: Re: cotação

To: Cirurgica Itambe <cirurgicaitambe3@gmail.com>

bom dia, multilab 0,7318

Giselle Rodrigues
Vendas Distribuidoras



(46) 3211-5046
0800 727 9866

www.werbran.com.br

Av. Natalino Faust, 591
Padre Ulrico / Francisco Beltrão

CNPJ: 04.372.620/0001-44

werbran



Em 10/05/2023 17:59, Cirurgica Itambe escreveu:

Boa tarde!

Poderia cotar o item abaixo por favor?

- Cefalexina 500mg CPR - 300 unid

1189

--

Att.



--

Att.



1190
2/2

Cirurgica Itambe <cirurgicaitambe3@gmail.com>

Para: cirurgicaitambe@hotmail.com <cirurgicaitambe@hotmail.com>

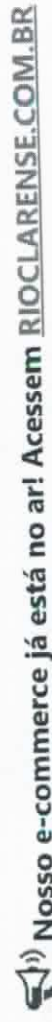
De: Carlos Henrique Martins <carlos.martins.vendas42@gmail.com>

Date: qua., 10 de mai. de 2023 às 20:48

Subject: Re: cotação

Subject: Re: cotação
To: Cirurgica Itambe <cirurgicaitambe3@gmail.com>, Ingrid Caroliny Ferreira da Cruz <ingrid.cruz@rioclarense.com.br>

Obrigado pela cotação, não dispomos



Carlos Henrique Martins
Representante Comercial
(44) 99818-4400

/RIOCCLARENSE

Boa tarde!

Poderia cotar o item abaixo por favor?

- Cefalexina 500mg CPR

11

Att.



Att.



<https://outlook.live.com/mail/0/inbox/id/A00kADAwATY0MDAB1WIMztNGI17750wMAIMDAKAPAAATir.16%2RsA7%2R9AcsrAT8HicKl1%3D>

1192
2/2
[Signature]

DATA DE RECEBIMENTO IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

RUA ARNALDO JANSSEN, 1452
CARA-CARA - 84032-300
Ponta Grossa - PR Fone/Fax: 4221015151

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

1

Nº. 000.171.158
Série 001
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

4121 0302 8166 9600 0154 5500 1000 1711 5810 4397 0742

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

141210059788377 - 19/03/2021 14:29:50

TURA DA OPERAÇÃO

Venda Adquirida Terc

SCRIÇÃO ESTADUAL

9018057929

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

02.816.696/0001-54

DESTINATÁRIO / REMETENTE

ME / RAZÃO SOCIAL

CIRURGICA ITAMBE - EIRELI

ENDEREÇO

AVENIDA BRASIL, 5709

MUNICÍPIO

Maringá

BAIRRO / DISTRITO

ZONA 5

CEP

87015-280

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

UF

PR

FONE / FAX

4433464307

INSCRIÇÃO ESTADUAL

9073964528

TURA / DUPLICATA

Nº.	001	Num.	002
E.	16/04/2021	Venc.	30/04/2021
or	R\$ 1.170,00	Valor	R\$ 1.170,00

LCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	VALOR DO FCP	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUT.
2.340,00	280,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.340,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOT
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280,80	0,00	2.340,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

ME / RAZÃO SOCIAL

LACAO GARCIA LTDA

ENDEREÇO

AVENIDA SOUZA NAVES 1999 Chapada 84062000

QUANTIDADE

2

ESPECIE

CAIXA

MARCA

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

8,000

PESO LÍQUIDO

8,0

DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CODIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ ICMS	ALIQ
101041	CEFALEXINA 500MG (G) NOME COMERCIAL: GENERICO - FABRICANTE: ABL DO BRASIL Lote 109280C Qtd: 6.000,00 Venc: 30/12/2022	30042052	500	5102	DGA	6.000,0000	0,3900	2.340,00	2.340,00	280,80		12,00	

DOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Contribuinte: Número do pedido: 50830 *** LOCAL DE ENTREGA *** CIRURGICA ITAMBE - EIRELI - AVENIDA
ASIL, 5709, ZONA 5 Maringá / PR CEP: 87015-280 Email do Destinatário: cirurgicaitambe@hotmail.com
ou Aproximado dos Tributos : R\$ 280,80

RESERVADO AO FISCO



1254
202

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: CIRÚRGICA ITAMBÉ LTDA

**OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO
ITEM 50 – CEFLEXINA 500MG**

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao **item 50 – CEFLEXINA 500MG**, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa **CIRÚRGICA ITAMBÉ LTDA**, registrados na ata do **Pregão Eletrônico nº 03/2023**, com solicitação juntada aos autos, alegando que houve desabastecimento do produto junto ao seu fornecedor inicial, pleiteando, então, a troca de marca e o reequilíbrio econômico financeiro, com pedido subsidiário de cancelamento do item.

Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentados, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

O seu pedido tem como fundamento o aumento de preço do item no período, sendo necessária a recomposição dos valores registrados para que se mantenha o equilíbrio pactuado, o que possibilitaria o seu adimplemento.

Inicialmente, faz-se necessário ressaltar alguns importantes princípios aplicáveis ao presente caso, quais sejam, o Princípio da Supremacia do Interesse Público, Princípio da Legalidade, Princípio da Impessoalidade e Princípio da Eficiência.

O primeiro diz respeito à superioridade do interesse público sobre o particular e que todas as ações do Estado devem ter como objetivo alcançar tal necessidade, pois os interesses da coletividade devem sobressair em relação aos individuais. Por esta razão Marcos Bittencourt afirma que *"o princípio da supremacia de interesse público atribui um status especial ao Estado frente ao particular"*.

Quanto à Legalidade, princípio constitucional expressamente previsto no art. 37 da Carta Maior, em decorrência do Estado de Direito, a observância do disposto em lei é obrigatória à Administração Pública, e, neste sentido, ensina Flávia Bahia que *"quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina"*. Especificamente em relação às licitações, o Princípio da Legalidade traduz-se no Princípio da Estrita Observância Editalícia, segundo o qual todo o processo licitatório deve guardar estrita observância ao edital.

Já a impessoalidade consiste na ideia de que a atuação pública não pode ter como objetivo beneficiar ou prejudicar ninguém em especial, ou seja, sem discriminações, não devendo ter como mote o indivíduo que será atingido pelo ato administrativo. Segundo Matheus Carvalho *"o princípio da impessoalidade reflete a necessidade de uma atuação que não discrimina as pessoas, seja para benefício ou para prejuízo"*.

O último princípio, qual seja, o da Eficiência, também constitucionalmente expresso, imputa ao Estado a obrigação de produzir bem, com qualidade e com menos gastos, atuando com presteza e objetivando sempre o melhor resultado prático com o menor custo e o menor desperdício.

No instituto da licitação pública verifica-se a aplicação, dentre outros, destes quatro princípios supra destacados, visto que, pela legalidade, a Administração deve ater-se às normas estabelecidas no ordenamento jurídico, previstas nas leis que tratam sobre licitação, em especial o pregão, que, em nome da supremacia do interesse público, determinam como a Administração deverá contratar com os particulares para aquisitar bens e serviços, sempre garantindo a impessoalidade na escolha do licitante, realizada através de critérios objetivos previstos na lei e no edital, alcançando, assim, a eficiência.

Sobre o tema, Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que:

A licitação é um procedimento integrado por atos e fatos da Administração e atos e fatos do licitante, todos contribuindo para formar a vontade contratual. Por parte da Administração, o edital ou convite, o recebimento das propostas, a habilitação, a classificação, a adjudicação, além de outros atos intermediários ou posteriores, como o julgamento de recursos interpostos pelos interessados, a revogação, a anulação, os projetos, as publicações, anúncios, atas etc. Por parte do particular, a retirada do edital, a proposta, a desistência, a prestação de garantia, a apresentação de recursos, as impugnações.

Observa-se que, dentre os atos de responsabilidade do licitante está o da elaboração da proposta, que é o documento que a empresa elabora e apresenta ao órgão para oferecer seu preço pelo produto ou serviço objeto da licitação. A proposta de preço deve ser elaborada de acordo com o edital, levando em conta o objeto da licitação. Além do preço do produto ou serviço, a proposta deve conter o descritivo do objeto e comprovar que a empresa tem condições de atender a todas as características solicitadas no edital.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Ao calcular o preço ofertado à Administração, o licitante já deve levar em consideração as variações ordinárias no custo de aquisição do item, visto que tais variações são esperadas ao longo do prazo de validade do certame licitatório. Destaca-se que empreender é sinônimo de assumir riscos, logo não é qualquer situação de desequilíbrio na relação contratual que irá legitimar sua utilização. Por isso é tão importante que o fornecedor seja diligente ao elaborar a sua proposta, levando em conta os **PROVÁVEIS RISCOS JÁ CONHECIDOS PELO SEU MERCADO.**

Importante pontuar que o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

Faz-se necessário apontar que a Ata de Registro de Preço somente traz obrigações de forma unilateral ao vencedor da licitação, o qual se obriga fornecer ou prestar serviço da ata para a Administração, de acordo com a especificação de sua proposta e com o preço apresentado por ocasião do certame, pelo **prazo registrado, podendo chegar a um ano.**

Deste modo, o registro que vinculará as partes nos moldes que se darão as contratações, sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o **estabelecimento do valor e quantidade** que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata.

Entretanto, está sedimentando-se o entendimento da inaplicabilidade da teoria da imprevisão para o cancelamento de itens da ata, não sendo possível a alteração enquanto vigente aquela.

Assim, variações no preço dos itens ofertados são esperadas que ocorram, devendo estas serem considerados por aqueles que participam do certame em sua proposta, existindo uma diferença entre o lucro real e o esperado. Razão pela qual para ser possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio econômico-financeiro, tem-se que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Conjugando o suso exposto, as empresas participantes do processo licitatório **NÃO PODEM ALEGAR O DESCONHECIMENTO OU A IMPREVISIBILIDADE da atual situação econômica, eis que o certame ocorreu quando JÁ INSTITUÍDO O CENÁRIO DE CRISE.**

Aqui merece destaque o fato de que a Ata de Registro de Preços – ARP nº 12/2023, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 03/2023, fora assinada pela empresa ora solicitante em fevereiro de 2023, sendo que, conforme notícia disponível em <https://shre.ink/ICWg>, o Conselho Federal de Farmácia – CFF relata a **falta do medicamento aqui em questão, CEFALEXINA, desde novembro de 2022**, ou seja, três meses antes da assinatura da referida ARP, dispondo, a licitante, de tempo mais que suficiente para realizar seu planejamento e sua estratégia antes de formular a proposta perante à Administração licitadora.

Por tal razão, para ser possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio econômico-financeiro, ter-se-ia que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica **após a sua realização** e a sua comprovação por meio documental de forma contundente.

Álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando lugar à aplicação da teoria da imprevisão; a Administração Pública poderia conceder o reequilíbrio.

Conforme o Tribunal de Contas da União:

9.1 A ÁLEA ORDINÀRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraviva, 1998, p. 157).

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÁRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ, 1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

Trata-se de um risco intrínseco ao negócio e, neste trilho, tem-se os ensinamentos de Fernanda Marinela, sobre a aplicação da teoria da imprevisão (*rebus sic stantibus*) aos contratos administrativos:

Consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevistos e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputados, alteram o equilíbrio econômico-financeiro refletindo na economia ou na execução do contrato, autorizam sua revisão para ajustá-lo à situação superveniente, equilibrando novamente a relação contratual. Portanto a ocorrência deve ser superveniente, imprevista (porque as partes não imaginaram), imprevisível (porque ninguém no lugar delas conseguiria imaginar – algo impensável) e que onera demais o contrato para uma das partes, exigindo-se a recomposição. Em todos os casos, a teoria da imprevisão consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevistos e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputados, refletindo sobre a economia ou na execução do contrato, autorizam sua revisão para ajustá-lo à sua situação superveniente.

Ademais, conforme estipulado pela cláusula 11.9.1. do edital de licitação: **"REALINHAMENTOS DE PREÇOS NÃO SERÃO ADMITIDOS EM ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS"**.

Além disso, as decisões do TCU apontam esse mesmo posicionamento, aproveita-se para citar alguns:



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Acórdão: 167/2015 – Segunda Câmara

A subavaliação dos preços do orçamento base da licitação não pode favorecer a licitante/contratada em prejuízo da Administração, pois a proposta apresentada deve estar de acordo com o que esta conhece sobre o mercado. Não cabe alegar locupletamento do erário após a efetiva prestação do serviço quando a empresa não apresenta proposta compatível com os preços praticados no mercado. Data da sessão: 03/02/2015. Relator: Raimundo Carreiro.

Acórdão: 2795/2013 – Plenário

O valor do contrato abaixo do de mercado não é causa suficiente para justificar seu reequilíbrio econômico-financeiro, uma vez que essa situação pode decorrer, por exemplo, de estratégia empresarial, de condições oferecidas na licitação ou de aumento de custos provocado pela variação normal de mercado, não se inserindo na álea econômica extraordinária e extracontratual exigida pelo art. 65, inciso II, alínea d, da Lei 8.666/1993. Data da sessão: 16/10/2013. Relator: Raimundo Carreiro.

Acórdão: 7249/2016 – Segunda Câmara

Notas fiscais de fornecedores da contratada são insuficientes, por si sós, para caracterizar qualquer uma das hipóteses legais para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato (fatos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe), que deve estar demonstrada por meio da quantificação dos efeitos que extrapolaram as condições normais de execução e prejudicaram o equilíbrio global do contrato. Data da sessão: 14/06/2016. Relator: Ana Arraes



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame, apenas o reajuste do preço por sua fornecedora.

Merece destaque o importante Princípio da Vinculação ao Edital, positivado no art. 5 da Lei 14.133/2021 e arts. 3 e 41 da Lei 8666/1993, segundo o qual impõe-se ao licitante e à Administração o dever de observância, de forma objetiva, das normas editalícias, de modo a evitar prejuízos, principalmente ao Princípio da Impessoalidade e Legalidade.

Hely Lopes Meirelles afirma que o edital (ou a carta-convite) é “a lei interna da licitação”, enfatizando que ele, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a administração que o expediu. Na mesma senda são os ensinamentos de Celso Spitzcovsky:

A existência desse princípio se justifica na medida em que, surgindo o edital como lei interna das licitações, a partir do instante em que suas regras se tornam públicas, tanto a Administração quanto os licitantes estarão a elas vinculados.

Dessa forma, nem o Poder Público poderá delas se afastar, estabelecendo, por exemplo, um novo critério de julgamento, nem os particulares participantes do certame poderão apresentar propostas, ainda que mais vantajosas, lançando mão de subterfúgios não estabelecidos no edital.

Isto posto, deve-se trazer à baila o que dispõe o edital do presente pregão, especificamente os itens 3.2 e 11.9.1: “realinhamentos de Preços não serão admitidos em Atas de Registro de Preços”, sendo tal posição de acordo com os termos do julgamento TCE/SP, Processo nº 00001135.989-8, 8ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno. Julgado em 24/03/2021, pelo Conselheiro Antonio Roque Citadini.

Não se vislumbra a possibilidade jurídica do reequilíbrio econômico-financeiro da ata ante a inaplicabilidade da teoria da imprevisão às atas de



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

registro de preço e a proibição para realização de realinhamento, conforme decisão retro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e as cláusulas do edital.

Ademais, quanto ao pedido de cancelamento do item, considerando os argumentos acima colacionados, deve-se trazer à baila o que dispõe o edital do presente pregão, especificamente os itens 3.4.1. e 11.10.1.: **"As solicitações realizadas pelo fornecedor, para ou cancelamento poderão ser reiteradas, sob o mesmo fundamento, após o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, contados da data do despacho fundamentado do Órgão Gerenciador, nos casos de indeferimento de pedido"**.

Tendo em vista que o licitante apresentara pedido de cancelamento do referido item, tendo sido o despacho fundamento do Órgão Gerenciador assinado dia 08 de maio de 2023, percebe-se que o prazo mínimo estabelecido para reiteração de pedido de cancelamento não fora observado, portanto, **não se vislumbra a possibilidade jurídica do cancelamento nos termos ora pleiteados.**

Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

"VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela mencionada empresa, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa licitante sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pelo deferimento da troca/substituição da marca do item ITEM 50 – CEFLEXINA 500MG, inicialmente da marca ABL, pelo produto da marca MULTILAB;



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

II - Pela manutenção do valor registrado do item em que a empresa CIRÚRGICA ITAMBÉ LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

III - Pelo indeferimento do pedido de cancelamento do item em que a empresa supra sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 15 de junho de 2023.


Sérgio Ricardo Stuani
Diretor Jurídico


Elton Rodrigo de Castro Garcez
Assistente Jurídico


Julio Cesar Gratton Pagnosi
Assistente Jurídico

MEMORANDO INTERNO Nº 75/2023

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Executiva

Assunto: Pedido de troca de marca/reequilíbrio financeiro cumulado com pedido subsidiário de cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – Nº 03/2023

Interessado: CIRURGICA ITAMBÉ LTDA - ARP Nº 12/2023

Após solicitação de troca de marca/reequilíbrio financeiro cumulado com pedido subsidiário de cancelamento de item, às fls. 1.176/1.193, sobre o item **Nº 50 – CEFLEXINA 500MG**, encaminho o Parecer Jurídico às fls. 1.254/1.265, que opinou pelo indeferimento parcial do pedido.

Presidente Prudente, 19 de junho de 2023.



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Assunto: Pedido de troca de marca/reequilíbrio financeiro cumulado com pedido subsidiário de cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – Nº 03/2023

Interessado: CIRURGICA ITAMBÉ LTDA - ARP Nº 12/2023

Trata-se de troca de marca/reequilíbrio financeiro cumulado com pedido subsidiário de cancelamento de item do item **Nº 50 – CEFALOXINA 500MG**, registrado na Ata de Registro de Preços nº 12/2023, alegando, em síntese, que ocorreu um desabastecimento do medicamento junto ao seu fornecedor inicial, pleiteando, então, a troca de marca e o reequilíbrio econômico-financeiro, com pedido subsidiário de cancelamento de item.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico de fls. 1.254/1.265, e **DELIBERO** pelo **ACOLHIMENTO PARCIAL** da solicitação realizada pela empresa **CIRURGICA ITAMBÉ LTDA, CNPJ Nº 26.847.096/0001-11, ARP Nº 12/2023**, realizando a troca de marca, inicialmente ABL, pelo produto da marca MULTILAB, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Assunto: Pedido de troca de marca/reequilíbrio financeiro cumulado com pedido subsidiário de cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – Nº 03/2023

Presidente Prudente, 19 de junho de 2023.



Maria Heloisa da Silva Cuvolo
Diretora Executiva - CIOP



DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Despacho da Diretoria Executiva. Assunto: solicitação de troca de marca/reequilíbrio financeiro cumulado com pedido subsidiário de cancelamento de item. Pregão Eletrônico nº 03/2023. Interessada: CIRURGICA ITAMBÉ - CNPJ Nº 26.847.096/0001-11, ARP Nº 12/2023. Decisão: Delibero pelo acolhimento parcial do pedido de troca de marca/reequilíbrio financeiro cumulado com pedido subsidiário de cancelamento do item Nº 50 - CEFALOXINA 500MG, conforme fundamento acostado nos autos. Maria Heloisa da Silva Cuvolo - Diretora Executiva do CIOP. Presidente Prudente, 19 de junho de 2023.

